

Conflitos pelo direito à Moradia em Niterói (RJ): Um panorama da luta entre 2018 e 2020

Gabrielle Silva Laurindo
Ana Clara Aguiar Maciel
Marcele Gualberto Gomes
Glauco Bienenstein
Daniel Mendes Mesquita de Sousa

O Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/PROEX/UFF), órgão de extensão que atua na luta pelo direito à cidade e à moradia desde os anos 80, possui desde 2018 um projeto denominado “A Universidade e o Direito à Cidade: Acompanhando e Mapeando Conflitos”, no qual são mapeados os conflitos das comunidades e ocupações da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente em Niterói, onde há o coletivo popular Fórum de Luta pela Moradia (FLM), que é assessorado pelo NEPHU. Desta forma, entendemos que o trabalho é uma maneira de dar visibilidade às lutas da cidade, fornecendo também instrumentos que auxiliem e respaldem a luta destas comunidades de maneira horizontal, associando o conhecimento popular ao conhecimento técnico.

Este artigo trata, no contexto da cidade de Niterói, dos conflitos vinculados à luta pela moradia na referida localidade. Segundo Bienenstein G. e Sánchez (2003), a partir da década de 1990, Niterói, assim como outras cidades do mundo, passaram a adotar o city marketing como modelo de planejamento urbano e utilizar da prerrogativa de obter, naquela década, o que resultou na sua colocação entre as sete cidades mais bem colocadas no ranking tanto local quanto nacional, a saber, maior Índice de desenvolvimento Humano do Estado do Rio de Janeiro (CENSO, 2010). Desnecessário dizer que tal posicionamento foi utilizado pelas sucessivas administrações municipais durante um bom tempo. Porém, tal propaganda não fazia menção ao índice GINI de 0,59 (CENSO, 2010), que demonstra a grande desigualdade de renda entre seus habitantes. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, a cidade possuía cerca de 40 mil moradias em assentamentos precários e um déficit habitacional de 15 mil famílias (NEPHU, 2012). Assim, ao longo da história recente de Niterói, diante da crescente orientação de corte neoliberal das administrações municipais, foram emergindo diversas contradições e, conseqüentemente, conflitos de natureza socioespacial.

Outro ator que merece destaque para contextualização deste artigo é o FLM, formado por lideranças comunitárias, associação de moradores, movimentos sociais e moradores das periferias que lutam pelo direito à cidade e moradia digna com reuniões e oficinas quinzenais/ano, e durante a pandemia de Covid-19 vem promovendo seus encontros virtualmente.

Neste trabalho, apresentaremos uma análise das manifestações ocorridas durante estes três anos de acompanhamento e um panorama sobre a cidade e suas disputas. Os dados levantados mostram os antagonistas, parceiros, encaminhamentos dados pelo poder público e o processo pelo qual se deram as manifestações.

METODOLOGIA

O projeto utilizou como metodologia as reflexões sobre planejamento em situação de conflito com base em José Ricardo (2017, p.12) e Bienenstein G. (et al, 2017, p.23), que

entendem o conflito como uma categoria capaz de interpretar a sociedade, e a vida real, com seus problemas e contradições.

Destaca-se também que o planejamento deve ser realizado de modo a aglutinar a contribuição técnica e os dados empíricos dos que vivenciam o local de acordo com suas complexidades e potencialidades. O resultado deste trabalho coletivo deverá ser uma ferramenta feita “com” e “para” a comunidade participante, construindo elementos que respaldam a luta pelo direito à cidade da mesma (VELLOSO, 2013).

O acompanhamento das manifestações ocorridas na cidade de Niterói se deu através de notícias veiculadas em jornais e do grupo de Whatsapp do FLM, onde diariamente são trocadas informações acerca do que está acontecendo nas comunidades e onde também os moradores podem se articular coletivamente. Além disso, quinzenalmente ocorrem as reuniões do FLM, espaço virtual neste momento de pandemia, onde os moradores expõem as demandas de onde moram.

É também no espaço do FLM onde a equipe realiza oficinas e exposições para devolver estes dados levantados à população, uma vez que essas informações devem contribuir como instrumento de luta aos mesmos.

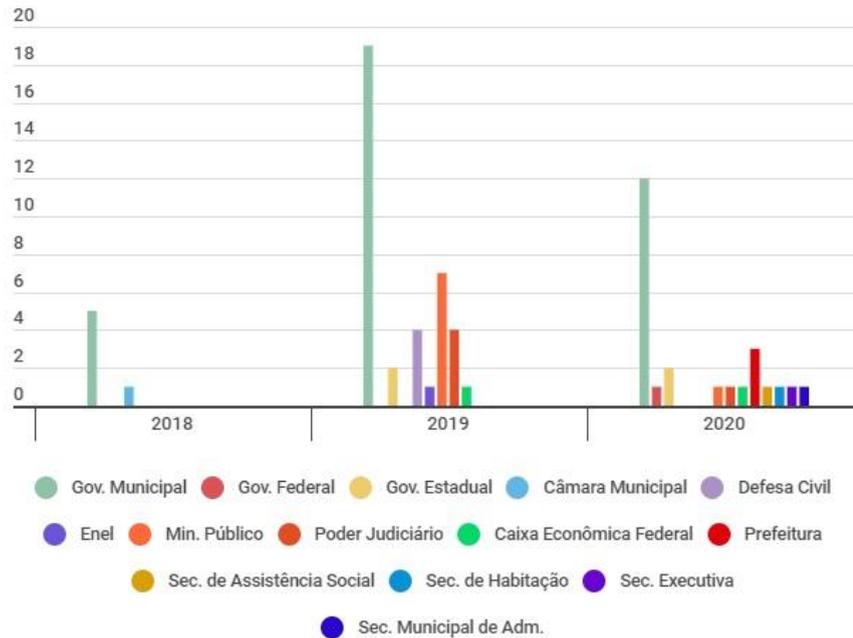
A pesquisa levantou e organizou os dados por meio de uma tabela, onde foram relacionados vários itens para análise, dentre eles: as manifestações do conflito, datas, locais, descrição dos mesmos, o objeto de conflito, as estratégias de luta, os encaminhamentos tomados coletivamente, aquilo que se define como reclamados, ou seja, aqueles são alvo das reivindicações, os antagonistas (que se aliam aos reclamados), reclamantes, colaboradores (que se aliam aos reclamantes), comunidades envolvidas, a origem dos conflitos e se as medidas contextualizadas no conflito são estruturantes ou emergenciais, em que as primeiras são as que demandam por ações vinculadas à definição de uma política habitacional no município, e as segundas são aquelas que requerem ações urgentes.

As informações coletadas nos ajudam a traçar um panorama das lutas por moradia na cidade, das reações do Poder Público e os seus efetivos desdobramentos ligados à temática, assim como a produção de uma análise que veremos a seguir.

RESULTADOS

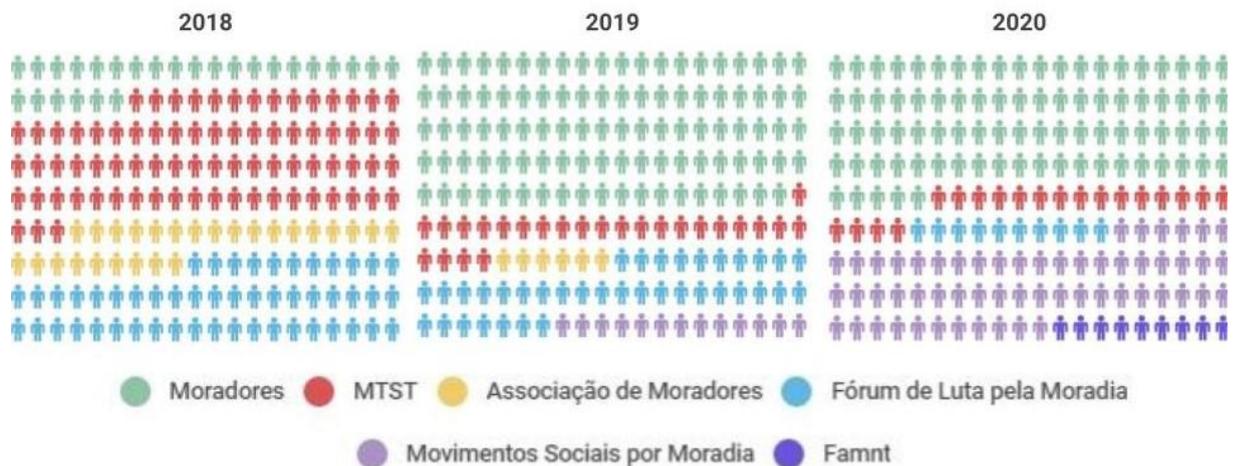
Durante a pesquisa, observou-se 56 manifestações por moradia, assim distribuídas: 6 em 2018, 30 em 2019 e 20 em 2020. A grande diferença entre os anos não se resume apenas no quantitativo de manifestações, sua composição se altera, mas também se mantém em alguns itens de análise. Um exemplo desta constância é a permanência do Governo Municipal como principal reclamado em todos os anos.

Reclamados



Em contraponto, os reclamantes, que em 2018 eram protagonizados principalmente pelo MTST e FLM, sofrem uma mudança: em 2019 e 2020 fica evidente o avanço dos próprios moradores de comunidade na luta, sem necessariamente estarem ligados a algum movimento. Isso pode apontar que a própria população tem ganhado maior consciência de seus direitos e busca a validação destes.

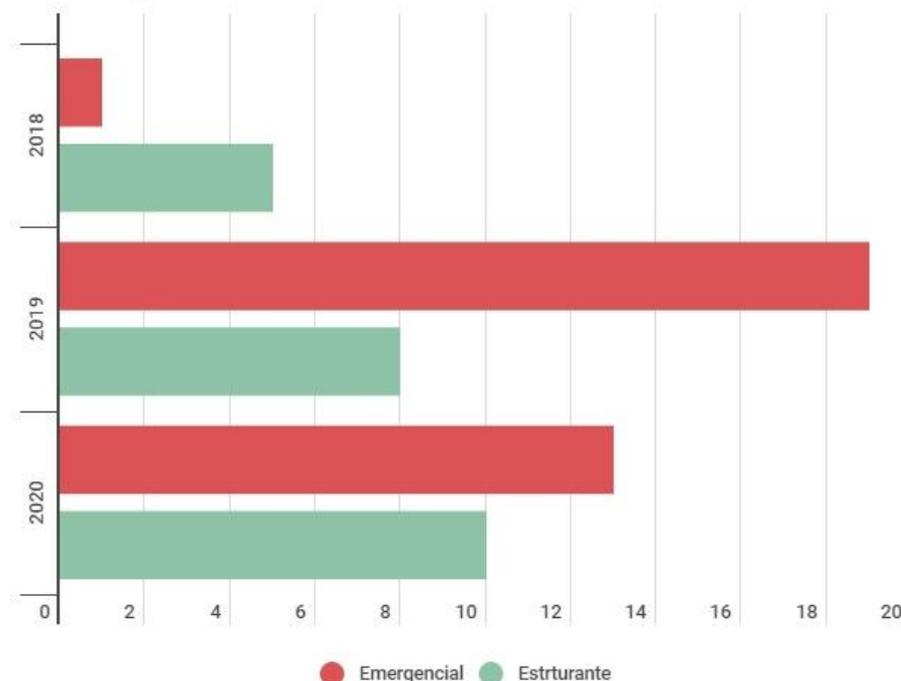
Reclamantes



As medidas, item que especifica se as demandas são emergenciais ou estruturantes, também são especificações que quando analisadas levantam muitas questões. Nota-se que em 2018 a maioria das reações conflituosas tinham como base medidas estruturantes,

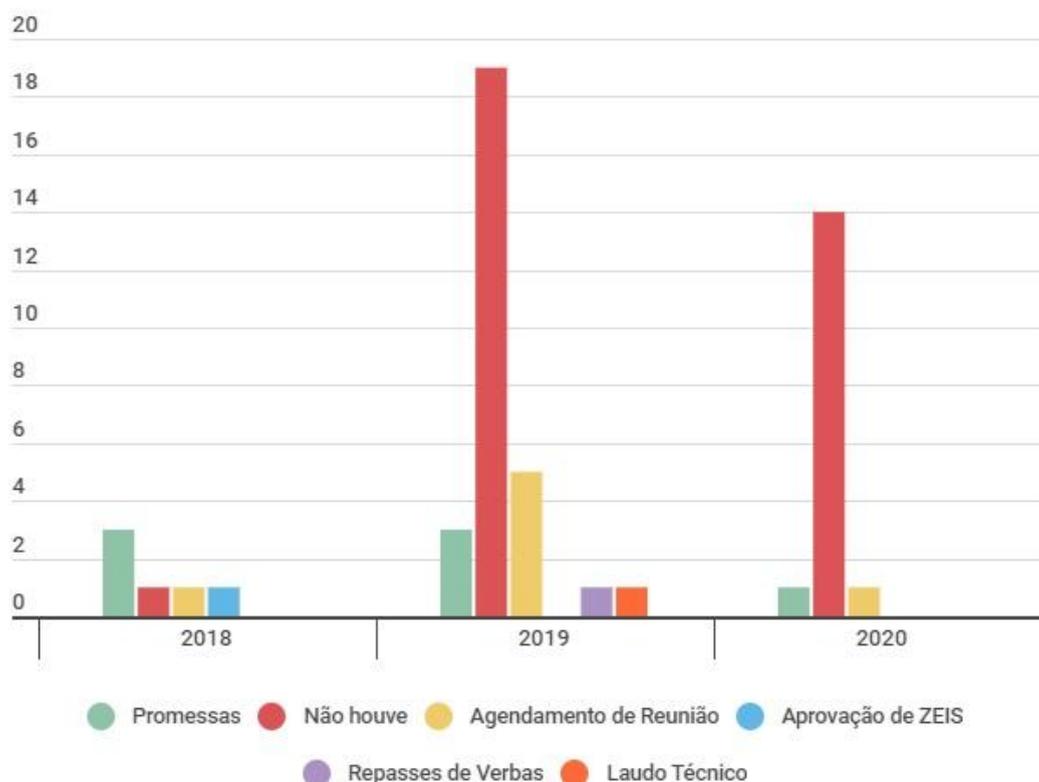
enquanto em 2019 e 2020, emergenciais. Isso coloca em cheque a real eficácia dos governos em relação às políticas públicas de habitação, pois se a população procura por ações urgentes é um sinal de que o interesse em construir uma cidade onde moradia de qualidade seja mais do que um direito, mas uma realidade, é renunciado.

Emergencial X Estruturante



Além disso, outro quesito apontado pelo acompanhamento dos conflitos por moradia em Niterói é a ausência de respostas por parte do Poder Público — sendo o Poder Municipal o principal ente reclamado, já que o principal instrumento de administração da cidade, de acordo com o Estatuto da Cidade (2001). Em 2020, 88,90% das manifestações não foram respondidas ou encaminhadas. Este parecer ser um comportamento comum por parte do Poder Pública, tanto para reivindicações que buscam políticas públicas, quanto para reivindicações de cunho emergencial, como o aluguel social e contenção de encostas com risco de deslizamento.

Encaminhamentos



É importante ressaltar que a pandemia do COVID-19 também modificou as dinâmicas das lutas por moradia fazendo com que novas ferramentas e interações surgissem e se popularizassem. Porém novos objetos de luta também surgiram. Se antes a população lutava por políticas habitacionais, aluguel social e produção de habitações, hoje somado a isto, também o direito ao isolamento social. Este último ponto está ligado não somente à habitação, mas também às condições trabalhistas que a população mais pobre se encontra e ainda mais à saúde pública, uma vez que cercear o direito ao isolamento nos tempos de hoje é uma violência. Por mais que o número absoluto das manifestações tenha diminuído — já que foi necessária uma rearticulação das estratégias de luta em um cenário completamente inédito — a ininterrupta busca por validação de seus direitos demonstra um fortalecimento da desta e uma manutenção das disputas.

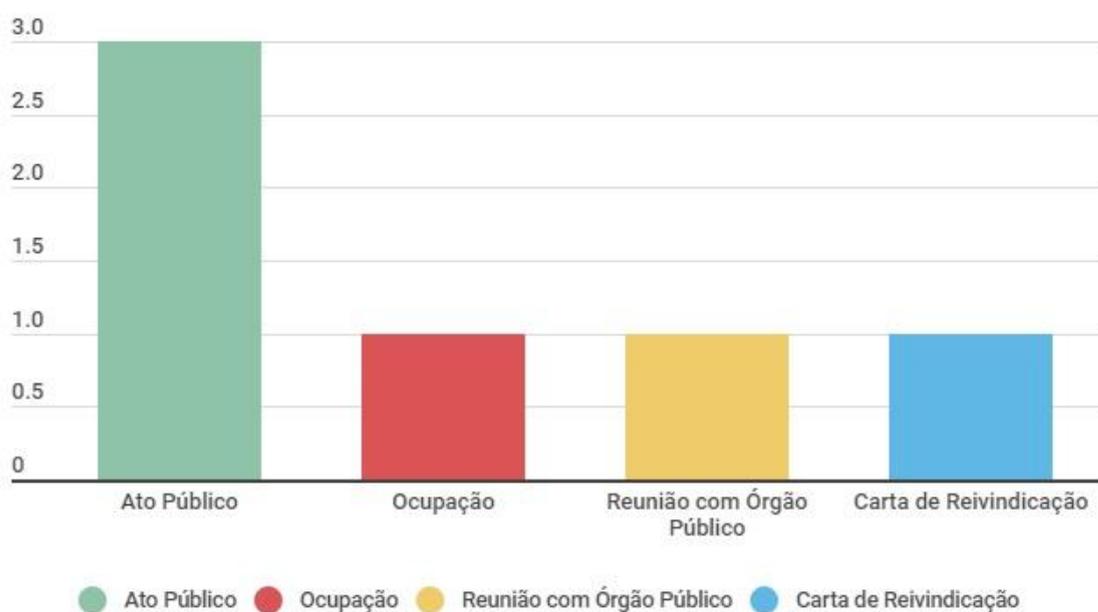
Alguns casos elucidam os conflitos da cidade no período pandêmico, como da ocupação em São Domingos, área considerada nobre da cidade, é bastante representativo do momento pandêmico. Um grupo de aproximadamente 20 famílias vive em condições precárias, com dificuldades de acesso ao local, uma vez que há moradores portadores de deficiências físicas, problemas de acesso à água, energia elétrica e risco de desabamento do edifício. Numerosas vezes a população enviou um ofício à Prefeitura cobrando respostas acerca dos problemas e não obteve resposta, o que ilustra a dificuldade da população pobre manter o isolamento social é muito maior, já que enfrenta problemas até mesmo em relação à integridade à vida dentro da sua própria casa.

O segundo caso são as manifestações dos moradores do edifício conhecido como “Prédio da Caixa”, onde a população passou por um processo de remoção no ano de 2019,

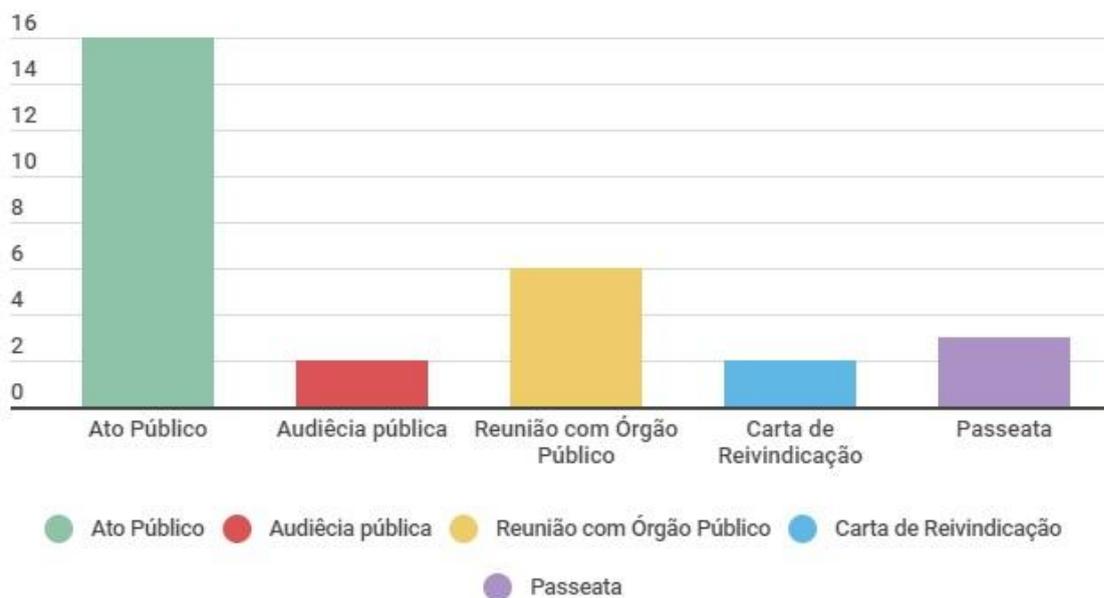
sob a justificativa de situação de risco no prédio. Atualmente os moradores têm como principais demandas a garantia de participação em projetos para o edifício, o retorno para suas moradias, o pagamento do aluguel social e a retirada de objetos pessoais que ficaram retidos no prédio. O Edifício foi desapropriado pelo então Prefeito Rodrigo Neves (PDT) no dia 02/11/2020, na véspera da votação eleitoral. No momento, não há nenhum projeto divulgado.

O terceiro é o despejo e demolição das casas ocupadas no Preventório (comunidade do bairro de Charitas) em novembro de 2020, período eleitoral pandêmico. Neste caso, percebe-se uma dificuldade de articulação para a permanência dos moradores no local. Estes estão recebendo o benefício social da Prefeitura Municipal de Niterói, mas seus moradores relatam atrasos no pagamento e dificuldade de se estabelecerem no mesmo bairro.

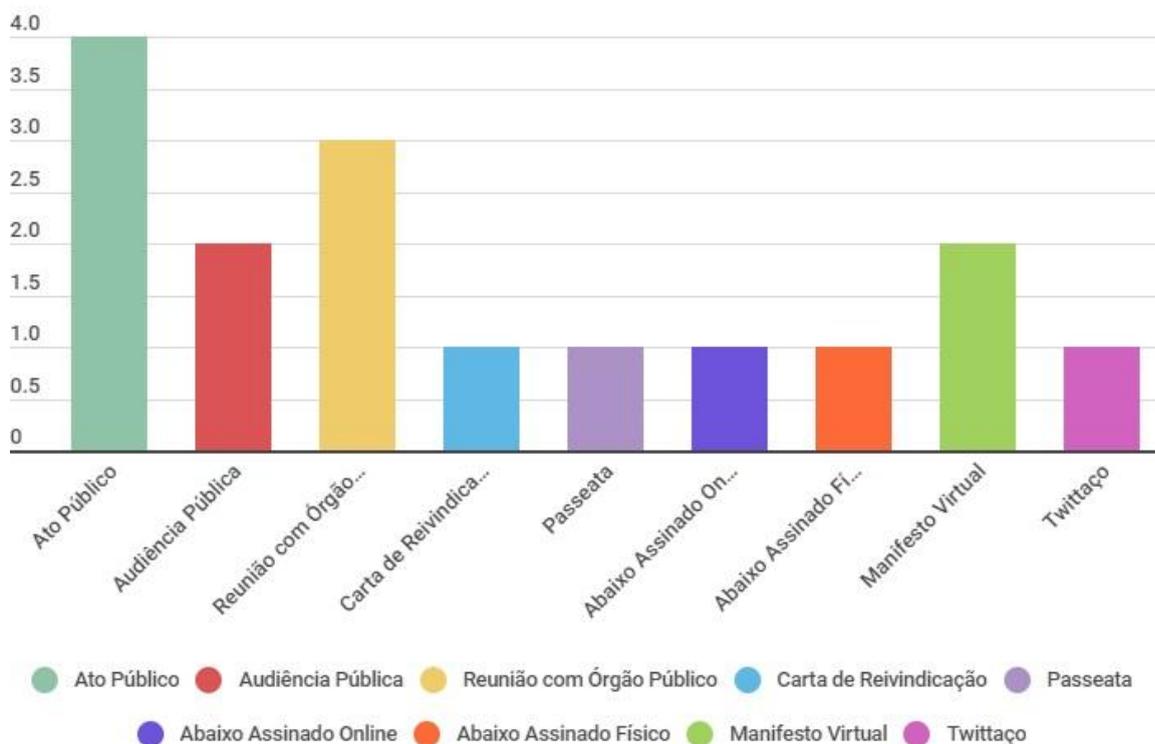
Manifestações por Moradia - 2018



Manifestações por Moradia - 2019



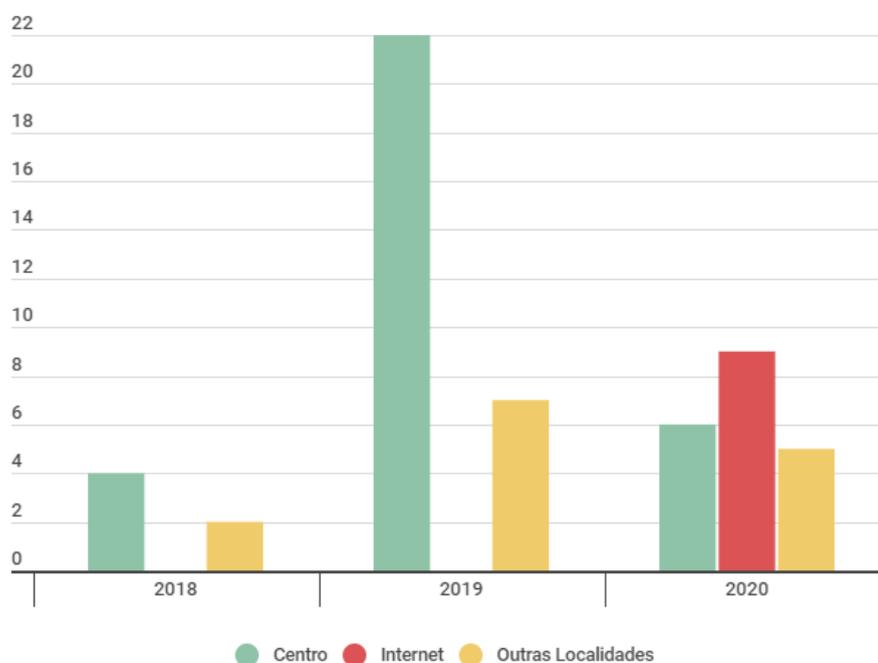
Manifestações por Moradia - 2020



Uma vez que os objetos de luta ganham uma nova demanda por conta do atual momento que o mundo vive, a forma de manifestação também muda. O aumento da utilização da internet para mobilização e até mesmo como campo de manifestações mostra

que a população consegue prosperar em outros modelos de articulação e ressignificar diariamente os obstáculos frente às suas lutas.

Local dos Conflitos



CONCLUSÕES

De acordo com as análises realizadas, podemos observar que, a partir de 2020, surge um novo desafio à população de baixa renda na cidade de Niterói: a luta para garantir seu direito à moradia durante um período pandêmico, em que a habitação e a infraestrutura urbana são essenciais para o controle do vírus. Assim, é um grande ato de resistência as alternativas encontradas de manifestação neste momento de isolamento social, considerando principalmente que em sua maioria a população pobre possui inúmeras dificuldades em relação ao acesso digital.

Neste cenário, o poder executivo municipal aparece como um dos antagonistas da população, o que é uma grande contradição se tratando de Niterói, uma cidade apontada como pioneira nas medidas de combate à pandemia. Observa-se que o panorama é completamente diferente se visto a partir das perspectivas dos moradores de áreas populares, que passaram por problemas básicos como falta de acesso à água potável, risco devido a precariedade de moradias e até mesmo remoções durante o período de quarentena.

A pesquisa de acompanhamento dos conflitos por moradia em Niterói mostra-se, então, como uma importante contribuição da universidade pública e socialmente referenciada, que tem papel fundamental na luta pelo direito à cidade através de seu respaldo técnico.

BIBLIOGRAFIA

BIENENSTEIN, G. SÁNCHEZ, F.; O Caminho Niemeyer como projeto estratégico: gestão, produção e reconversão da imagem urbana de Niterói-RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR 10. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

BIENENSTEIN, Glauco. BIENENSTEIN, R.; SOUSA, D. M. M., O Plano e o projeto como instrumentos de luta. In: BIENENSTEIN, Glauco. BIENENSTEIN, R. ; SOUSA, D. M. M. (Organizadores), Universidade e Luta pela Moradia. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

BIENENSTEIN, R., Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento no município de Niterói: 2000-2011 / ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. – Niterói: Editora da UFF, 2013.

BRASIL, Lei nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

CENSO BRASILEIRO DE 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

FARIA, José Ricardo Vargas de. Protestos por Moradia e Política de Habitação em Curitiba: lutas por regularização fundiária e produção habitacional. In: Anais do ENANPUR, 2017, p.12.

VELLOSO, Rita. "...Tantos quanto na Rússia em 1918: sobre a hipótese do planejamento conflitual e as vozes de novos sujeitos políticos." XV ENANPUR, 2013